

# **0 Nosso Convidado**

– ENTREVISTA –



# **“Monumentos Pátrios”: entrevista com Lúcia Rosas**

*Lúcia Rosas  
entrevistada por  
Filomena Vasconcelos*

Lúcia Rosas é professora e investigadora na FLUP, no Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), tendo apresentado a sua tese de doutoramento sobre a preservação e o restauro de monumentos medievais em Portugal, entre os anos 30 do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX: *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. A entrevista que se segue aborda de modo preciso e directo as principais linhas de força deste intenso trabalho de pesquisa que, com a maior disponibilidade e espírito de colaboração, a Prof. Doutora Lúcia Rosas aceitou partilhar connosco.

## Monumentos Pátrios

**FV** – Começo por agradecer teres aceite o nosso convite para colaborar connosco neste número inaugural do Via Panorâmica, enquanto revista do DEAA. Justamente por se tratar de um contributo fora do âmbito estrito dos estudos literários, ele afigura-se-nos duplamente indispensável: não só em si, pelo seu valor próprio, mas também pela abertura de perspectivas e leituras que proporciona a todo um trabalho interdisciplinar de investigação sobre um determinado tema, neste caso, em torno de uma época, de uma ideologia, nos seus padrões de acção política, social e estética, nas suas múltiplas manifestações concretas. Por circunstâncias várias, este número surge com uma incidência marcada de estudos críticos sobre o romantismo literário, razão pela qual nos pareceu importante reequacionar o próprio conceito de romantismo e, naturalmente, do período histórico que lhe é inerente, a partir de um ponto de vista diferente, como o da história de arte e, particularmente, na ligação que o teu trabalho estabelece, no contexto português, entre os planos da expressão literária da época e a arquitectura religiosa medieval.

«Monumentos Pátrios» é, de facto, em Herculano, a feliz verbalização da aliança de valores do passado e do presente que o romantismo tão intrinsecamente soube interpretar. E é neste sentido que vai a minha primeira pergunta: em que medida é que os escritores portugueses do século XIX — e refiro-me concretamente não só a Herculano, mas igualmente a Garrett — foram importantes para, de certo modo, intensificar a consciência da nação, do governo, de todo um povo, acerca do valor histórico, do valor de antiguidade, do seu património arquitectónico?

**LR** — Desde já agradeço ao DEAA o interesse demonstrado pelo tema que desenvolvi na minha dissertação de doutoramento. O cruzamento disciplinar é sempre desejável.

A valorização do património artístico no Portugal oitocentista cabe, sem dúvida, no fenómeno do romantismo. No entanto os protagonistas desta valorização são diversos. Se o enlace entre a exaltação da Idade Média e a exaltação dos monumentos então construídos é muito claro em Herculano, tendo o seu pensamento uma imensa ponderação na consagração e salvaguarda da arquitectura medieval, não encontramos o mesmo postulado em todos os intervenientes. A título de exemplo poderei referir que Luis da Silva Mousinho de Albuquerque, responsável pelas obras de restauro do mosteiro da Batalha entre 1840 e 1843 — a Batalha foi o primeiro grande monumento português a ser restaurado no quadro do governo da nação —, elege a época dos Descobrimentos como a época mais brilhante da História de Portugal, mas não gosta das Capelas Imperfeitas, ou seja não cola a sua época de eleição com a arquitectura do tempo respectivo. O que o seduz no mosteiro da Batalha é o génio sublime do arquitecto, expresso na unidade da arquitectura, patente na igreja, Capela do Fundador e claustro. Nas Capelas Imperfeitas aprecia a qualidade dos trabalhos, mas considera que foram construídas contra as leis invariáveis da arte e do gosto.

O conceito do tempo histórico como um sistema de pluralidades diversas, seguindo os estimulantes ensaios de Jean-Claude Schmitt, deverá ser um ponto de partida no estudo de todo o fenómeno artístico.

A consagração do monumento histórico em Portugal no século XIX, para a qual foi determinante o papel desempenhado pelos escritores portugueses, é um fenómeno comum a grande

parte dos países europeus de então, que encontrou na imprensa um meio privilegiado não só de mediatização mas também de debate e formulação teórica.

Os jornais e revistas “pitorescos” e “ilustrados” adoptando modelos inspirados em periódicos franceses e ingleses adquiriram em Portugal, principalmente a partir da década de 30, uma projecção que se detecta na multiplicação dos títulos ao longo da centúria e na prolongada existência de alguns exemplares. Coincidindo com o grande incremento da imprensa e muito contribuindo para o seu êxito, a utilização da gravura nos periódicos permitiu a difusão da iconografia dos monumentos portugueses e estrangeiros, factor essencial na definição de categorias como monumento histórico, monumento nacional, gótico, manuelino e restauro, e da sua alargada difusão junto da opinião pública.

Se é certo que a imprensa literária dedicou, sobretudo até meados do século, pouca importância às artes plásticas contemporâneas, o mesmo não pode dizer-se em relação à arquitectura do passado, por muito incipiente que fosse a cultura artística dos autores dos textos. A sua divulgação deve incluir-se no fenómeno mais vasto do jornalismo da época e nas intenções dos seus mentores, que esperavam alargar a instrução ao maior número possível de leitores, exercendo uma função pedagógica e civilizadora indispensável para o progresso do país.

Foi nas páginas do “O Panorama” que, no seu primeiro número, em 1837, surgiu um elogio explícito da arquitectura gótica e o primeiro protesto contra o descuido a que o governo e os municípios votavam os monumentos portugueses. O artigo intitulado “A Arquitectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa”, era acompanhado da respectiva gravura que figurava o cenário arruinado da igreja. Escrito por Alexandre Herculano, à época o redactor principal da revista, nele se definem alguns dos tópicos fundamentais da consagração do monumento histórico em Portugal, da valorização dos edifícios góticos, apesar da imprecisão cronológica e artística sobre o estilo, e da exaltação da época correspondente. Herculano não deixa de referir “o riquíssimo mosteiro da Batalha, que é a admiração de todos os estrangeiros que o examinam”, aspirando à sua reparação, à semelhança do que, exemplarmente, uma escola de architectos e escultores realizava na catedral de Estrasburgo.

Se examinarmos a imprensa desde o princípio do século e as raras obras escritas sobre os monumentos portugueses, não duvidamos em considerar que este texto de Herculano marca o início de uma reflexão sobre os monumentos e o património, que será continuada nos anos seguintes pelo mesmo autor e por outros.

O tema dos monumentos andava no ar e é nesse contexto que surgem os textos de Herculano. A sua divulgação através de um periódico tão prestigiado e lido confere ao assunto uma relevância que deve ser sublinhada. "O Panorama" tinha uma tiragem de 5000 exemplares e contava com assinantes em todo o país. O público a que se destinava este periódico e os seus similares era muito heterogéneo, mas a intenção declarada dos redactores era instruir as classes laboriosas em "missão civilizadora", num entusiasmo impulsionado pela ideia da felicidade pela instrução.

A imagem que Herculano tem da arquitectura gótica corresponde a uma visão literária e mística: "As arcarias góticas, o clarão solenne de uma luz reflectida no mármore do pavimento através dos vidros córados das frestas esguias (...) as torres erguidas dos campanários, cujos cimos pyramidaes pareciam apontar parao ceo - as columnas delgadas e subindo a prodigiosa altura, semelhantes ao pensamento que se ergue até ao throno do Senhor - tudo isso desapareceu."

Este cenário gótico ideal estava a ser destruído e ameaçado pelo reaproveitamento dos edifícios para aquartelamento de soldados, armazéns e outras finalidades "onde nem uma pedra falla do passado, onde nada respira uma ideia religiosa".

Contrastando com o desleixo português de governos e clero, Herculano chama a atenção para a Inglaterra e para França onde seriamente se tratava de conservar os edifícios.

Alexandre Herculano regista neste texto cinco tópicos fundamentais para a definição da matriz disciplinar que respeita à consagração do monumento histórico:

- a valorização da arquitectura da Idade Média contra a hegemonia clássica;
- o estabelecimento de uma equivalência entre as virtudes da arquitectura gótica e as virtudes da História de Portugal;
- a inclusão dos monumentos na idiossincrasia da nação. Estes são abrangidos no *volkgeist*, premissa importante no conceito de monumento nacional;

- a necessidade da conservação dos edifícios porque as “pedras falam”, são testemunhas e herança do passado;
- a conservação do passado como um dos vectores da instrução.

O mote estava lançado e pelo próprio Herculano merecerá assinalável desenvolvimento nos anos seguintes, bem como por outros autores de forma diferenciada, correspondendo à formação de cada um e também às opções políticas, porque a partir daqui a defesa dos monumentos torna-se um tema da opinião pública e do debate político. Era preciso legislar sobre o património deixado ao abandono depois da extinção das Ordens religiosas masculinas (1834), mas as pressões do progresso, o perfume dos lucros e a alternância permanente do poder, fizeram desta questão também uma bandeira política.

Entre 1838 e 1839 Herculano escreve n’ “O Panorama” quatro artigos sobre os monumentos, que mais tarde reformulará com o objectivo de serem editados nos “Opúsculos”, sob o título de Monumentos Patrios. Estes textos foram já objecto de vários estudos nos quais os autores destacam a cultura europeia de Herculano e a importância nuclear, no seu pensamento romântico, da estética kantiana e da ideia de “índole” nacional de Hegel.

Herculano era um assíduo e atento leitor do prestigiado periódico francês “Revue des Deux Mondes”, que aliás propôs em 1838 como modelo a seguir para se poder manter uma revista de qualidade em Portugal. Em 1832 a citada revista publicou o célebre texto de Victor Hugo, “Guerre aux démolisseurs”, anteriormente editado em 1829 na “Revue de Paris” e de grande repercussão na defesa dos monumentos em França.

Em 1833 é a vez de Montalembert (1810-1870) escrever na “Revue des Deux Mondes” um texto que intitulou “Du Vandalisme en France. Lettre a M. Victor Hugo”, retomando o tema na mesma publicação em 1838. É precisamente neste último ano que Herculano começa a escrever os seus artigos sobre os monumentos. Se cotejarmos estes textos com os de Montalembert apercebemo-nos da sua decisiva influência no pensamento de Herculano e quanto este se inspirou nos artigos do conde francês e também no de Victor Hugo (1802-1885).

Para Montalembert o progresso, apesar das suas virtudes, faz-se a despeito da beleza. É por isso imprescindível conservar os

vestígios da antiga beleza que correspondem aos monumentos construídos no solo da pátria pela mão dos antepassados. Para Herculano o progresso das cidades que destrói monumentos de seis séculos para fazer um terreiro corresponde a uma "civilização vandálica".

A inspiração de Herculano nos textos citados é nítida, recorrendo mesmo a exemplos semelhantes. Os dois autores comungam de uma visão mística da arquitectura gótica e de um conceito historicista de monumento.

Nos textos de Herculano perpassa, contudo, uma ideia de decadência da sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século decorrente, e um pessimismo amargo relativamente ao progresso, que o levam a enfatizar o passado e a História - é verdade que se trata de um oficial do seu ofício - a um ponto extremo de sacralização das pedras do passado, numa retórica pesada que fará escola e será repetida inúmeras vezes, exaurindo-se os seus conceitos, porque permanecem muito além do seu tempo certo, que é o do primeiro romantismo nacional.

A repetição ao longo da centúria das ideias-chave expostas por Herculano, desacompanhadas de uma cultura artística, que não podia encontrar alicerces no árido panorama do ensino e das artes, marcou o quadro de referência sobre monumentos e património de uma forma indelével até ao final do século - apesar das contribuições notáveis de Joaquim de Vasconcelos, Sousa Viterbo e Gabriel Pereira, entre outros - a que a figura emblemática da cultura portuguesa em que se tornou Herculano, conferiu maior relevo.

Em 1843, na revista que temos vindo a seguir, publica seis textos sobre o conceito de monumento, desta vez na sua vertente mais abstracta e jurídica, embora deslize inevitavelmente para a concepção de monumento histórico.

Herculano não pode deixar de distinguir os monumentos úteis e os inúteis, e com eles relacionar diferentes épocas da história da humanidade. Nem de outra forma podia ser no quadro da sua concepção moral e pedagógica da História. O mundo decadente dos finais do Império Romano produziu monumentos necessariamente egoístas "isto é, essencialmente inúteis. Modificados pela ideia capital da sociedade os da idade média foram prolíficos e civilisadores: a cathedral e o mosteiro correspondiam como symbolo - e como realidade á eschola



moderna; como símbolo, porque a religião foi nessas eras quase o único instrumento de progresso moral; como realidade porque no mosteiro e na catedral progrediu a inteligência humana até que apareceu a imprensa. A utilidade social agregou-se por esse modo à execução dos monumentos”. Depois as nações envelheceram, marcadas pela decadência e de novo surgiram “os motes do exarcha, os monumentos com estatuas”.

Luis XIV e D. José, ou melhor os respectivos absolutismos, são os símbolos dessa época.

Da restrita definição etimológica de monumento - advertir, lembrar - A. Herculano progride para a definição de monumento histórico, ao qual atribui a categoria nuclear de memória e acrescenta a qualidade de ilustração da história. Capaz de lembrar o passado, o monumento histórico é um documento, uma prova, um detalhe das gerações precedentes. A sua capacidade de memorização é imensa ultrapassando o indivíduo ou o facto isolado. Por isso ele é tão valorizado por Herculano, situando-se o seu pensamento no contexto da sobrevalorização romântica da História.

Tinha de ser muito poderoso o sortilégio dos monumentos medievais (e manuelinos) na mente da geração romântica portuguesa, apaixonada pela História e pelo passado glorioso de Portugal, depositário das mais nobres virtudes guerreiras e da grande ousadia que levou a nação às descobertas. É sabido que Herculano elege a Idade Média, D. Afonso Henriques e D. João I. A época dos Descobrimentos é já de decadência, mas as suas preferências não são dominantes. Em outros autores, vamos encontrar um culto pelo passado e pelos monumentos, onde igualmente têm lugar o rei D. Manuel e as inúmeras e apelativas construções marcadas pelo seu reinado.

Do mosteiro dos Jerónimos fizera Garrett o cenário do seu poema *Camões* (1825) contribuindo para a valorização deste monumento, no mesmo ano em que o barão Taylor tirava modelos em gesso das colunas do templo.

Mas voltemos a Garrett e ao seu protagonismo na defesa dos monumentos, uma das vertentes da definição teórica de monumento histórico e/ou nacional. Na *Lírica* de João Mínimo publicada em 1829, dá conta da tremenda desilusão que constituiu uma visita ao mosteiro de S. Dionísio de Odivelas, fundação do rei

D. Dinis, onde o autor pensava ir encontrar "o solene e magestoso espectáculo do interior de um templo gothico (...). O interior da igreja é exactamente o tal mixto hermaphrodito de architectura amphibia e ridícula, de doirados e mármore fingidos, de columnas anomalas que a nenhuma ordem pertencem - ou mais exactamente formam a nova ordem asnatia, adoptada para a construção de quase todos os novos edificios de Portugal, e para a emplastração e degradação de todos os antigos". É o mesmo desagrado contra dourados, pinturas e rebocos que occultam a singeleza dos monumentos medievais, expresso por Herculano uns anos depois.

É bem conhecida a indignação de Garrett perante o estado ruinoso dos monumentos de Santarém, nas *Viagens na Minha Terra*, romance inicialmente publicado em 1843 na "Revista Universal Lisbonense". Mais do que as ruínas, o que causa uma impressão altamente negativa no autor são as alterações que os edificios sofreram:

"As ruínas do tempo são tristes, mas bellas, as que as revoluções trazem ficam marcadas com o cunho solene da historia. Mas as brutas degradações e as mais brutas reparações da ignorância, os mesquinhos consertos da arte parasita, esses profanam, tiram todo o prestigio".<sup>1</sup>

A decepção que demonstra perante a Igreja de Santa Maria de Alcaçova é imensa. Garrett entendia que aquele templo tinha sido quase catedral da primeira vila do reino, e que era um dos mais antigos e históricos templos de Portugal. Aí se depara com "esse igrejorio insignificante de capuchos, mesquinha e ridícula massa de alvenaria, sem nenhuma architectura, sem nenhum gosto, risco, execução e trabalho de um mestre pedreiro de aldeia e do seu aprendiz! (...).

Nos reparos e reconstruções dos templos antigos é que este péssimo estilo, esta ausência de todo o estilo, de toda a arte, mais ofende e escandaliza.

Olhem aquela empena clássica posta de remate ao frontispício todo Renascença da Conceição Velha, em Lisboa. Vejam a emplastagem de gesso com que estão mascarados os elegantes feixes de columnas góticas da nossa Sé".

Garrett demonstra uma apetência estética pontuada de alguma cultura artística que não encontramos em Herculano

<sup>1</sup> Idem, *Viagens na Minha Terra* in "Obras Completas" "Obras Completas de Almeida Garrett", (Edição revista coordenada e dirigida por Teophilo Braga) Lisboa, v.2, tomo 19, Empresa da História de Portugal, 1904, p.187.

interessado fundamentalmente na “capacidade de história” dos monumentos. A formação e a personalidade de cada um, tão distintas, são suficientemente conhecidas para entendermos que de outro modo não poderia ser. Mas não é o confronto entre os dois que nos interessa analisar.

A influência das opiniões de Garrett foi grande e a indignação perante a adulteração dos monumentos tornou-se um lugar-comum na imprensa da época.

O que, como já notámos, origina os mais extremados protestos de Garrett e de Herculano, Montalembert e muitos outros, e também da generalidade dos autores que escrevem sobre a questão nos periódicos oitocentistas, são as transformações feitas ao monumento original, as alterações arquitectónicas e tudo o que encobre o aparência primordial: os rebocos e caições, o mobiliário litúrgico, a talha dourada, a pintura fingida, etc.

**FV** – Julgo que foi também determinante a influência inglesa – muito por via de Garrett, obviamente – em todo este processo de revalorização e recuperação do nosso património ‘gótico’, ‘pitoresco’ -

**LR** – A influência inglesa neste processo de valorização faz-se muito pelos relatos de viagens, mas a obra mais importante, que mais estrangeiros atraiu a Portugal e que mais contribuiu para o protagonismo europeu do mosteiro da Batalha, foi a obra de James Murphy, “Plans elevations sections and views of the Church of Batalha (...)”, publicada em Londres em 1795.

James Murphy é um arquitecto de origem irlandesa, que vem a Portugal em 1789 com o objectivo de desenhar em pormenor o conjunto monumental da Batalha. Impulsionada e patrocinada por William Conygham, membro da Sociedade de Antiquários de Londres, que aqui estivera em 1783 regressando a Inglaterra com desenhos de monumentos portugueses, esta viagem de Murphy deve ser entendida no ambiente cultural e artístico inglês que desde a primeira metade do século XVIII se interessava pelas origens da arquitectura gótica, procurando fundamentos e inspirações de uma prática revivalista (ou de um gosto que nunca havia desaparecido totalmente) de construir à maneira gótica.

Já em 1760 Thomas Pitt, que desenhará pormenores em estilo

neo-gótico para Strawberry Hill (1753-1783), a famosa casa de Horace Walpole, viera à Península Ibérica procurar nos edifícios medievais a validade da teoria de Christopher Wren (1632-1723) sobre a origem sarracena da arquitectura gótica. Fica particularmente impressionado com o mosteiro da Batalha e não hesita em atribuir a sua autoria a um arquitecto inglês, criando uma corrente de opinião que na historiografia de arte portuguesa será um assunto recorrente até aos nossos dias, e suscitando em Inglaterra uma curiosidade sobre o edifício, acentuada pela origem inglesa da D. Filipa de Lencastre, esposa do fundador do mosteiro.

É neste contexto que deve entender-se o grande sucesso da obra de Murphy editada luxuosamente em Londres em 1795 e que projectou pela Europa de então o prestígio do mosteiro da Batalha e da sua sempre tão valorizada arquitectura. Grande parte dos estrangeiros que viajam em Portugal no século XIX e que, por deveres de ofício ou curiosidade de viajante mundano e culto, visitam a Batalha, referem a obra de Murphy, indiciando a sua alargada difusão e o seu papel na divulgação do conjunto monumental português.

**FV** – Normalmente fala-se de uma notável expansão e profusão de textos e autores literários durante o século XIX, do cuidado e atenção de que foram alvo por parte dos estudos de historiografia e crítica literária e textual, à luz do positivismo cientifista da época, mas não deve por certo esquecer-se a importância da imprensa jornalística neste mesmo processo de exaltação da identidade nacional, como que adormecida nas velhas ruínas da religiosidade medieval, quando não adulterada nos inúmeros 'embelezamentos' posteriores. Em que é que este facto se evidencia?

**LR** – Creio que a minha resposta à primeira questão pode de algum modo abranger esta.

**FV** – É verdade, e a minha pergunta surgiu redundante até certo ponto... mas trata-se, em todo o caso, de uma época verdadeiramente complexa, em termos políticos e sociais. Por um lado, a atracção e o desejo irreversível de progresso, de modernidade, por outro, a nostalgia bucólica que se revia num

utópico retorno ao passado imemorial de todos os mitos ou, ainda mais ingenuamente – porque se supunha menos utópico – , num retorno ao passado de uma era pré-industrial. Em que medida o encanto e o desencanto são interpretados pela acção efectiva dos governos da altura na recuperação do património monumental português?

**LR** – Ora bom: aqui, se não te importas, focaria esta questão conjuntamente com as motivações do restauro.

**FV** – Com certeza, é uma proposta aliciante.

**LR** – Então vejamos: restaura-se o quê, porquê e como? porque é que se estima o passado? por razões de cultura artística ou mais pela importância da criação simbólica da nação? em que medida passado e progresso se encontram ou desencontram? em que medida é que em Portugal, a cultura e o ensino artístico estão consonantes ou dissonantes dos outros países europeus?

– O restauro do mosteiro da Batalha, iniciado em 1840 e continuado ao longo do século, constituiu um marco fundamental na história do restauro arquitectónico em Portugal. A grande qualidade da sua arquitectura, o valor emblemático que encerra, o facto de ter sido o primeiro monumento português a merecer uma publicação estrangeira apelativamente ilustrada, o prestigiante impulso conferido ao início das obras pelo rei D. Fernando II e a concepção de restauro que Luis Mousinho de Albuquerque lhe imprimiu, fizeram deste conjunto monumental um atractor, no fenómeno do restauro no século XIX português.

A partir de 1840 não mais deixamos de ter notícias de restauros realizados por todo o país, ou das intenções de o fazer. Devemos notar desde já que o maior número dos grandes edifícios religiosos românicos, góticos e manuelinos recebeu obras de restauro durante o século XIX e as duas primeiras décadas do nosso século, realidade tornada opaca pela acção contínua da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais depois de 1929, que restaurou novamente alguns monumentos apagando as marcas dos restauros anteriores, e pelo tipo de restauro que praticou, fixando um modelo de monumento restaurado, indissociavelmente ligado, na memória portuguesa, ao século XX.

Os mosteiros de Alcobaça, Batalha, Carmo, Jerónimos, Santa Cruz de Coimbra, o convento de Cristo, e as Sés de Coimbra, Guarda, Viseu e Lisboa, foram restaurados no século anterior, ou logo depois, em projectos quase todos pensados em oitocentos, assim como outros edifícios de menor dimensão mas de importância arquitectónica assinalável como as igrejas de Jesus de Setúbal, S. Francisco de Évora, S. João de Alporão e Nossa Senhora da Graça de Santarém, São João Baptista e Santa Maria do Olival de Tomar, Paço de Sousa, as matrizes da Golegã, de Viana do Castelo, os conventos da Conceição de Beja e da Madre de Deus e muitos outros templos de menor programa construtivo. No que respeita a arquitectura militar e civil foram restaurados a Torre de Belém, os castelos de Santa Maria da Feira e de Leiria e os paços reais de Évora e de Sintra, exemplos de edifícios de maior monumentalidade que receberam intervenções mais radicais e sistemáticas, uma vez que outros exemplares foram igualmente objecto de obras marcadas pela vontade de manter o "carácter de antiguidade".

Não obstante a ausência de programas concertados e métodos definidos, sem ensino, sem teoria e arquitectos formados na especialidade, num quadro político e governamental em constante mutação, recebendo tardiamente uma estrutura administrativa própria, com orçamentos flutuantes e frequentemente escassos, tacteando, sob o enorme impulso da imprensa periódica, grande propulsora do fenómeno em Portugal, o entusiasmo (e as verbas) de indivíduos ou sociedades locais vocacionadas para a salvaguarda dos monumentos, e alguns conselhos, elogios e desagravos da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, efectuaram-se vários restauros, foram mantidos edifícios que ameaçavam ruína com menores ou maiores intervenções, em quantidade apreciável para uma época de crise, de instabilidade e também de progresso e fomento, assiduamente em antinomia com a conservação dos edifícios do passado.

Conduzindo incipientes restauros, com pobres orçamentos e paupérrima ciência, em muitos casos, se os compararmos às vastas e complexas intervenções em monumentos franceses, alemães, italianos ou espanhóis, o século XIX português não deixou de pretender salvaguardar as construções medievais,

procurando aí fixar a presença de um passado de bravura e de grandeza, restaurando os edifícios que melhor aparentavam patentear o valor patrimonial da nação. Este, o valor histórico dos monumentos, é um dos principais critérios, ou melhor um leitmotiv, na eleição dos edifícios merecedores de restauro e no tipo de obras praticadas, outro é a admiração pela arquitectura que se impõe como arte maior, pelas qualidades artísticas e construtivas e pela especial capacidade de significar a época da sua construção.

O gosto, o respeito, a conservação e a renovação do que é antigo é um fenómeno de sempre, mesmo que praticado esporadicamente, porque o que é antigo é durável e assegura a perduração das civilizações. O Império Romano assim o entendeu.

A atitude de D. João V criando a Academia Real de História Portuguesa em 1720 e a lei de protecção e estudo dos “monumentos antigos”, fenícios, gregos, persas, romanos e árabes, faz parte do fenómeno europeu a que Françoise Choay chamou o “tempo dos Antiquários”, época de interesse pelo conhecimento das antiguidades nacionais “em que pode ser muito interessada a glória da Nação Portuguesa”, constituindo a perda desses vestígios “um prejuízo tão sensível e tão danoso à reputação e glória da antiga Lusitânia”.

A consciência do prejuízo que resultaria para a glória da nação a perda daqueles vestígios, indicia uma consciência do valor patrimonial, mas, como já dissemos, o prestígio das antiguidades e a sua guarda tocou todos os tempos, com a sua aura de mistério, qualidade artística ou excelência de materiais.

A singularidade do fenómeno de conservação e restauro no século XIX reside no facto de ele constituir um vector fundamental da cultura da época, um tópico, quase um lugar-comum da opinião pública, mediatizado pela imprensa e pela imagem, marcado por a criação de sociedades vocacionadas para a protecção do património, aparelhos administrativos próprios, legislação correspondente e por uma vontade política e cultural sistemática e concertada. Se os organismos oficiais funcionam mal e se a política é ineficaz, esse é um aspecto que pertence a outra ordem de razões.

**FV** – E na prática: quais os organismos, as instituições públicas ou privadas que foram responsáveis pelos critérios de classificação dos monumentos e pela sua recuperação efectiva?

**LR** – O Bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública de Lisboa (1802); a Academia de Ciências de Lisboa (1836); o Serviço das Obras Públicas do Ministério do Reino (1836); o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que, depois da reforma de Fontes Pereira de Melo (1852) incluía na 3ª secção os Monumentos Históricos, Edifícios Públicos e Obras de aformoseamento e recreio público; a Associação dos Arquitectos Cívicos Portugueses (1863); a Comissão para salvaguardar os Monumentos Nacionais (1870); a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (1872); o Instituto de Coimbra (1873); o Museu Distrital de Santarém (1876); a Academia Real das Belas-Artes de Lisboa (1881); a Comissão dos Monumentos Nacionais (1894); o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (1899), bem como outras comissões e/ou associações municipais e cívicas.

**FV** – Talvez quisesses referir-te, como exemplos, aos monumentos mais emblemáticos deste surto de exaltação nacional – verdadeiramente romântico – que encontrou na arquitectura religiosa uma das expressões mais sólidas e temporalmente omnipresentes.

**LR** – Os conjuntos monásticos da Batalha, de Alcobaça e dos Jerónimos; as Sés de Lisboa, Coimbra e da Guarda; os Conventos de Cristo, da Conceição de Beja e da Madre de Deus de Lisboa; as igrejas de Jesus de Setúbal, de S. Francisco de Évora, de S. João do Alporão (Santarém), de S. Miguel do Castelo (Guimarães), entre muitas obras. Relativamente à arquitectura civil e militar mereceram grande apreço o Paço Real de Sintra, o Palácio Real de Évora, os castelos da Feira e de Leiria, e a Torre de Belém.

**FV** – Foi uma conversa deveras enriquecedora que, acima de tudo, nos ajuda a redimensionar o problema da literatura e da cultura de uma época, na medida em que a situa no espaço físico da sua arquitectura e das suas raízes patrimoniais, em meandros que só o investigador especialista sabe conquistar. Resta-me agradecer, não só da minha parte, mas estendendo todo o reconhecimento à equipa da *Via Panorâmica* e a todos os colegas que gentilmente acederam em colaborar enviando-nos os seus trabalhos.